

## *O Príncipe*, de Maquiavel. A Intemporalidade da Obra e Seus Reflexos na Literatura Portuguesa

Maria Belém Ribeiro\*

### *Resumo*

O presente artigo, ao analisar as principais ideias veiculadas na clássica obra *O Príncipe*, de Nicolau Maquiavel, pretende suscitar uma reflexão a nível literário, linguístico e semiótico. Embora constem os pressupostos políticos, sociológicos e éticos, Maquiavel rompe com a tradição humanista baseada no abstrato, seguindo um método empírico, pensado em termos da prática concreta. Esta rutura com o passado faz dele um precursor dos tempos modernos, conferindo à sua obra intemporalidade e permitindo que *O Príncipe* seja abordado em diferentes ramos científicos e em contextos intertextuais, ao longo do tempo. Perfilha-se, no entanto, a ideia de que a teoria de Maquiavel é um paradigma orientador de toda a ação política, sempre fundamentada na virtude e no rigor. O seu *Príncipe* é uma autêntica cartilha, constituída pelos vários capítulos, que ditam as regras para um bom governante saber lidar com o poder e exercê-lo com dignidade. Reforça-se, ainda, a construção e o impacto do texto, os procedimentos argumentativos e retóricos do seu discurso que permitiram projetá-lo numa linha de visionarismo e de transcendência.

*Palavras-chave:* Maquiavel, teoria política, Europa Clássica, literatura portuguesa, intertextualidade

---

\* Professora Auxiliar da Universidade Lusófona do Porto

198     *Abstract*

This paper aims at analyzing the main ideas conveyed by the classical work *The Prince*, to Machiavelli, based on a literary, linguistic and semiotic level. Though having the political, sociological and ethical premises in mind, Machiavelli breaks with the humanist tradition based on the abstract, following an empirical method instead, thinking in terms of concrete practice. This cut with the past makes him a forethinker of modern times and gives his work a timeless status, promoting, therefore, an approach to different branches of science and intertextual contexts over the centuries. However, we share the idea that the theory of Machiavelli is a guiding paradigm of all political action, always grounded on virtue and rigour. His *Prince* is a real textbook, consisting of several chapters that dictate the rules for a good politician to deal with power and exercise it with dignity. It also reinforces the construction and the impact of the text, the argumentative and rhetorical procedures of his speech, projecting the author's visionary and transcending line of thought.

**Keywords:** Machiavelli, political theory, Classical Europe, Portuguese literature, intertextuality

Nicolau Maquiavel assistiu às lutas políticas e religiosas que estiveram na base do esplendor cultural de Florença, mas também à vulnerabilidade do poder e aos conflitos entre as principais famílias italianas e estados, na busca de uma hegemonia europeia. Homem de grande influência política, pois fora *gonfaloneiro* no tempo de Soderini, de pensamento brilhante, viveu sempre repartido entre os seus ideais e os interesses dos governantes – que transformavam Florença num palco crepuscular – motivos que o opuseram aos Medici, por mais esforços que este tenha desenvolvido para reconquistar a sua confiança.

Tempo da Renascença, de riqueza e de tortura, esta época em que viveu Maquiavel! Não querendo abandonar a sua visão política, sofreu as atrocidades da prisão e da tortura, entre 1512-1513, até ao exílio, escapando, assim à sorte de Savonarola, que foi queimado. Este cenário de fundo ajudou Maquiavel a consolidar o seu pensamento, transformando-o num mestre, para uns, e num diabo, para outros. O termo *maquiavélico* surge do seu nome, com estigma de malvadez, diabólico; no entanto, ele é também considerado um verdadeiro homem de Estado, um filósofo, um político invulgar. A sua obra *O Príncipe* catapultou-o para um mundo sob diferentes olhares quer no plano mais profundo da obra, quer como autor e criador da mesma. Perecido o homem, a obra conserva, após quinhentos anos da sua escrita, uma permanente atualidade, sendo uma espécie de manual de aprendizagem para os governantes em pleno, uma reflexão para os que o foram e uma cartilha para os vindouros.

Nos vinte e seis capítulos de *O Príncipe* há uma explanação sobre os estados, a ética, o poder, o uso das armas e da guerra e outros tantos princípios que um Príncipe devia seguir para dignificar a Itália. Segundo alguns estudiosos, a ética e a política surgem separados na sua obra, apresentando uma inovação paradigmática e tornando-se um pioneiro ao seguir o método científico de Aristóteles. Estas diretrizes constituirão um *tropos* da obra e servirão de ponto de partida para este trabalho que não será mais do que uma reflexão/leitura de nível literário, linguístico e semiótico. Não é, portanto, minha intenção discutir a essência política ou sociológica, mas o modo como a obra está escrita, valorizando a vertente discursiva e os mecanismos implícitos, enquanto elementos construtivos de um universo semântico. Sempre que julgar conveniente, apoiar-me-ei, para análise comparativa, em autores portugueses e em obras que permitam intertextualidades.

No capítulo III – *Dos Principados Mistos* – pode ler-se: «Fizeram, portanto, o que os príncipes sensatos devem fazer, isto é, pensar nas desordens futuras, e não só nas presentes, e servir-se de toda a habilidade para as evitar, pois certo é que prevendo-as à distância mais facilmente as remedeiam. Mas, se esperam que o mal se aproxime para o sanar, o remédio chegará tarde, em virtude da doença se ter tornado incurável» (Maquiavel, 1976: 21). Ainda no mesmo capítulo, alude ao tempo: «(...) aproveitar as vantagens do tempo. Preferiram aproveitar as vantagens da sua bravura e da sua sabedoria, porque o tempo leva tudo à frente e tanto pode trazer o bem como o mal» (Maquiavel, 1976: 22). Estas citações relembram as obras de D. Duarte – *Leal Conselheiro* (século XV) –, Sá de Miranda nas suas *Cartas* (século XVI) e Camões na sua *Lírica* (século XVI). D. Duarte, a pedido da esposa e rainha, Dona Leonor de Aragão, escreveu, como ele próprio indica no Prólogo, *um ABC da lealdade* que se pretendia ser um manual de educação prática e, sobretudo, de aperfeiçoamento da vida aristocrática e cortesã para os membros da nobreza, destacando o valor da virtude. Pode ler-se: «E filhai-o por huñ ABC de lealdade, ca he feicto principalmente pêra senhores e gente de suas casas, que, na theorica de taes feictos, em respeito dos sabedores, por moços devemos seer contados, pêra os quaes ABC he sua própria ensinança. E mais por ho A se podem entender os poderes e paixões que cada huñ de nós há. E por ho B o grande bem que percalçom os seguidores das virtudes e bondades. E por ho C, dos males e pecados nosso corrigimento. Por que destas três partes, mesuradamente e nom assi per ordem, he meu propósito de mais trautar, com devida protestaçon leixando todo ao corregimento daquelles a que perteeecer» (Dom Duarte, 1973, pp. 35-36).

Sá de Miranda, na Carta dirigida a el-rei D. João, adverte em verso: «Onde há homens, há cobiça;/cá e lá tudo empeça,/se a santa, igual justiça/não corta, ou não desempeça/o que a má malícia enliça» (Sá de Miranda, 1961: 347). E mais à frente continua: «tudo sua cura tem:/que é assi, bem o sabeis/e o remédio também. / Querei-los conhecer bem?/No fruto os conhecereis./». Surge depois a interrogação e a alusão aos Descobrimentos: «Ah, Senhor, que vos direi?/que acode mais vento às velas./Nunca se descuide o Rei:/que inda não é feita a lei,/já se lhe buscam cautelas./» (Sá de Miranda, 1961: 351). Numa outra Carta dirigida a António Pereira, Senhor do Basto, quando partiu para a Corte com a casa toda, Sá de Miranda alertou: «Direis, e eu não vo-lo

nego;/mas quereis também que diga?/Este mundo é armado em briga, /não busqueis nele assossego,/nem numa(nãa) alta ermida antiga» (Sá de Miranda, 1961: 354). Os excertos revelam que há recursos: a metáforas, a argumentação consistente e persuasiva, para evitar males futuros, a elementos de coesão e coerência que contribuem para reforçar a intencionalidade comunicativa. Nas citações das Cartas de Sá de Miranda e da obra de Maquiavel surge a palavra *remédio* associada à prevenção e cura, traduzindo semioticamente atitudes morais e éticas que devem pautar a governação. De igual forma, a referência a *guerra* e *brigas* contribui para contextualizar as mundividências do século XVI em toda a Europa. Pelas leituras, infere-se que os princípios do Renascimento foram assimilados pelos autores portugueses e veiculados nas suas obras. No soneto de Camões «Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,/ muda-se o ser, muda-se a confiança;» (Camões, 1961:483), nota-se que a passagem do tempo transforma a natureza e o próprio ser, o que permite intertextualidade com *O Príncipe*, através de uma matriz sequencial fundada em três isotopias: a virtude, a guerra e o tempo. Estas isotopias conjugam-se para anunciar aos futuros governantes princípios de regência e governação pelos quais estes se devem pautar.

No capítulo XIV, de *O Príncipe* consta: «Quanto ao exercício do espírito, o príncipe deve ler as histórias, analisar as ações das excelentes personagens nelas descritas, estudar como se comportaram na guerra, examinar as causas da sua vitória ou derrota, para evitar as desta e seguir as daquela, e deve, sobretudo, proceder como alguns excelentes homens do passado, que resolveram imitar um personagem de grande renome e conservaram sempre a seu lado o relato da sua vida e a sua crónica...» (Maquiavel, 1976: 80-81). E o capítulo termina: «É assim que o príncipe sensato deve proceder. Em vez de estar ocioso, na paz, deve aproveitar este tempo para acumular um capital que lhe possa valer na adversidade, a fim de que, quando a fortuna lhe virar as costas, esteja apto a resistir à sua fúria» (Maquiavel, 1976: 81). A sensatez é uma virtude que deve ser cultivada, pois o capítulo seguinte (XV) reforça: «(...) o príncipe deve possuir a sensatez necessária para evitar a infâmia dos vícios capazes de lhe fazerem perder os seus Estados» (Maquiavel, 1976: 83). No entanto, Maquiavel conhece profundamente a natureza humana e adverte: «(...) Convém saber que existem duas maneiras de combater: pelas leis e pela força. A primeira é própria

dos homens; a segunda é própria dos animais. Mas como, muitas vezes, aquela não chega, há que recorrer a esta e, por isso, o príncipe precisa de saber ser animal e homem. (...) Já que um príncipe deve saber utilizar bem a natureza animal, convém que escolha a raposa e o leão: como o leão não se sabe defender das armadilhas e a raposa não se sabe defender dos lobos, é necessário ser raposa para conhecer as armadilhas e leão para meter medo aos lobos» (Maquiavel, 1976: 93-94). Esta alusão aos animais, como nas fábulas ou contos tradicionais, conduz ao reencontro de princípios deduzidos alegoricamente na expansão narrativa. A filosofia de Maquiavel para *ensinar* o Príncipe dá-se na sequência textual mais profunda; não basta ser e conhecer a natureza animal, implica escolha e uma simbiose (raposa e leão) para a sua imposição. A narrativa é, deste modo, construída com episódios de transição e de complexificação que o leitor vai desvendando e interpretando, à medida que direciona a sua leitura.

A finalizar o capítulo XVIII, escreve: «Além do que ficou dito, um príncipe deve mostrar que ama a *virtù* e deve honrar aqueles que são excelentes em qualquer arte. Deve também encorajar os seus cidadãos a exercer pacificamente os seus ofícios, tanto no comércio como na lavoura e em qualquer outra ocupação humana, para que o camponês não deixe as suas terras baldias, de medo que lhas tirem, e o comerciante não queira iniciar novo tráfico, de medo dos impostos» (Maquiavel, 1976: 120). O reforço dos princípios éticos e do trabalho honesto constituem mais um exemplo da atualidade da obra e permitem visitar Padre António Vieira, nos seus Sermões, na luta contra a exploração dos escravos pelos colonos, e Saramago, em *Memorial do Convento*, quando o povo é recrutado de todos os cantos do país, para construir a convento de Mafra. Vejamos os exemplos: «Outra coisa muito geral, que tanto me desedifica, quanto me lastima em muitos de vós, é aquela tão notável ignorância e cegueira que em todas as viagens experimentam os que navegam para estas partes. Toma um homem do mar um anzol, ata-lhe um pedaço de pano cortado e aberto em duas ou três pontas, lança-o por um cabo delgado até tocar na água, e, em o vendo o peixe, arremete cego a ele e fica preso e boqueando, até que, assim suspenso no ar, ou lançado no convés, acaba de morrer. Pode haver maior ignorância e mais rematada cegueira que esta?» (Vieira, 1976: 46).

Em relação à obra saramaguiana, registamos os seguintes passos explicativos desta viagem memorial: «Deve-se a construção do Convento de Mafra ao rei D. João V, por um voto que fez se lhe nascesse um filho, vão aqui seiscentos homens que não fizeram filho nenhum à rainha e eles é que pagam o voto, que se lixam, com perdão da anacrónica voz» (Saramago, 1999: 273). Estes trabalhadores viviam em condições miseráveis e estavam expostos a muitos perigos: «Distraiu-se talvez Francisco Marques, ou enxugou com o antebraço o suor da testa, ou olhou cá do alto a sua vila de Cheleiros, enfim se lembrando da mulher, fugiu-lhe o calço da mão no preciso momento em que a plataforma deslizava, não se sabe como isto foi, apenas o corpo está debaixo do carro, esmagado, passou-lhe a primeira roda por cima, mais de duas mil arrobas só a pedra, se ainda estamos lembrados» (Saramago, 1999: 275). Estas evocações literárias e as liberdades transcronológicas contribuem, assim, para entender melhor Maquiavel e perceber que a história se repete tornando-se a mestra da vida. O palco onde acontecem as ações parece seguir um roteiro comum ao longo do tempo, apenas as personagens mudam.

No capítulo XXV de *O Príncipe* lê-se: «(...) Vemos os homens proceder de diversos modos para alcançarem o objectivo que todos visam (que são as honras e a riqueza): um pela prudência, outro pelo furor; este pela violência, aquele pela astúcia; estoutro pela paciência, aquele outro pelo contrário. De todas estas maneiras se consegue alcançar o objectivo desejado» (Maquiavel, 1976: 130). E termina este capítulo reafirmando: «Concluo, portanto, que, sendo a fortuna mutável e mantendo-se os homens fiéis à sua natureza, são felizes enquanto uma e outra se acomodarem e infelizes assim que deixarem de se conciliar» (Maquiavel, 1976: 132-133).

As viagens pelo mundo, o contacto com outras sociedades e políticas ajudaram Maquiavel a consolidar a sua ideia de luta pela unificação de Itália em torno de uma figura com o perfil desenhado em *O Príncipe*. Preconiza ainda a necessidade de manutenção de um exército permanente e bem treinado e defensor das convicções do Estado, daí a importância assumida pela religião, mais no sentido, certamente, de doutrinação do que libertação do homem. Na obra *Machiavel*, de Georges Mounin (1964: 20), lê-se: «Aux yeux de Machiavel, les hommes sont foncièrement mauvais: légers, lâches, ingrats, cruels, oublieux, malfaisants, stupides, envieux. Il faut toujours s'attendre à tout, c'est-à-dire

au pire, de leur part». Nesta sequência, todos os princípios difundidos na sua obra são para combater estes *defeitos* e criar uma nova visão do Homem; apesar de tudo, não impediu que o seu *Príncipe* fosse para o *Index*.

Volvidos cinco séculos, o autor continua bem vivo e, na deambulação pela escrita, constata-se que Maquiavel não viveu à sombra dos outros; ele construiu o seu próprio caminho, tornando-se um epígono (de origem grega *Epigonoí*) da literatura, lembrando Tebas e a própria essência dos *epígonoí* (aqueles que conhecem o conservadorismo, mas anunciam uma doutrina futura). Um olhar fascinado em busca de um ideal para o *outro*, sempre numa visão patriótica e transcendente para resgatar a sua pátria. Numa perspetiva semiológica, o semema *príncipe*, após gerar o sema inicial de *nobreza*, desencadeia outras interpretações até ao plano mítico, transformando a personagem que deu nome ao livro numa personagem imaginária e eterna.

O *Príncipe* desliza, assim, do título para a pessoa e vice-versa, assumindo-se como uma espécie de *alter-ego* do próprio criador; o termo *príncipe* simboliza «a promessa de um poder supremo, a primazia entre os seus pares, seja qual for o domínio em questão: um príncipe das letras, das artes, das ciências. (...) Exprime por outro lado, as virtudes reais no estado de adolescência, ainda não dominadas nem exercidas» (Chevalier & Gheerbrant, 1994: 544) – a perfeição que Maquiavel pretendia inculcar nos vindouros, para ele, os libertadores de Itália.

O visionarismo subjacente transporta-nos para o viático pessoano; a vida fantasmática traduzida nos heróis criados e no reencontro com os novos horizontes relembra-nos a *Ilha de Vénus* que Camões criou em *Os Lusíadas*, na ânsia da verdade absoluta e em busca do paraíso perdido, mas também é ponte de ligação à temática pessoana.

Camões, nas suas reflexões, insurgiu-se contra a sede do dinheiro – «(...) Veja agora o juízo curioso/Quanto no rico, assi como no pobre,/ Pode o vil interesse e sede immiga /Do dinheiro, que a tudo nos obriga» (Camões, 1972: 149) – numa perspetiva de libertação do homem das limitações do quotidiano. O ambiente ameno e bucólico partilhado pelas ninfas com os nautas, na Ilha dos Amores, traduz o desejo humanista do poeta em criar *deuses*, num mundo novo cheio de harmonia e de plena glória. Surge, assim, a ideia de uma nova mapeação traçada não só pelos Descobrimentos, mas pela ancoragem de conhecimento deste novo Homem.



Fernando Pessoa, cerca de quatrocentos anos depois, evocou esse mar descoberto pelos portugueses e o papel do *Argonauta*: «Os Deuses da tormenta e os gigantes da terra/Suspendem de repente o ódio da sua guerra/ E pasmam. Pelo vale onde se ascende aos céus/ Surge um silêncio, e vai, da névoa ondeando os véus,/Primeiro um movimento e depois um assombro» (Pessoa, 1977: 69) – um poema que descreve o prémio de Vasco da Gama por ter ousado ir mais Além (permite intertextualidade com a *Ilha dos Amores* de *Os Lusíadas* – Cantos IX-X). No poema *Horizonte*, a evocação do mar anterior refere o desconhecido, o trabalho árduo dos navegadores, para dar *novos mundos ao mundo*: «Ó mar anterior a nós, teus medos/Tinham coral e praias e arvoredos./ Desvendadas a noite e a cerração,/As tormentas passadas e o mistério, /Abria em flor o Longe, e o Sul sidério/Splendia sobre as naus da iniciação» (Pessoa, 1977: 58). Após o trabalho e os sacrifícios da descoberta, surge agora, na voz pessoana, o caminho imaginário para um Portugal novo que o mito sebastianista ajudou a fundar. Esse mito ressuscitado, *o nada que é tudo*, dará lugar a uma pátria sem fronteiras, definida pela identidade da língua e pela distância que esta conquistar: *A minha Pátria é a Língua Portuguesa*.

Fernando Pessoa assumiu-se como um verdadeiro *príncipe da Renascença* que aprendeu os ensinamentos, cultivou-os e projetou-os numa dimensão espiritual e transcendente. No final da obra *Mensagem*, a expressão latina, à moda de despedida, *Valete, Fratres* traduz o desejo de uma fraternidade universal entre os homens, criando uma dimensão utópica traduzida no elogio da loucura, traço distintivo do ser humano: «minha loucura, outros que me a tomem/com o que nela ia./ Sem a loucura que é o homem/Mais que a besta sadia,/cadáver adiado que procria?» (Pessoa, 1977: 42). Sem ideal, tudo é reduzido à dimensão materialista; portanto, a loucura surge como uma força criativa capaz de conduzir o ser para uma reconstrução, quer a nível pessoal, quer a nível nacional e patriótico. É a mesma loucura que se assumiu como personagem principal no célebre livro *Elogio da Loucura*, de Erasmo de Roterdão (2003: 54) como fonte das artes: «Passemos, agora, contudo, a falar das artes. Quem entusiasma os homens a descobrir, a legar aos seus pósteros tantas produções na aparência excelentes, a não ser a sede de glória? Julgaram esses homens, em realidade, bastante estúpidos, que não deviam poupar nem velas nem suor, nem esforços de cansaço para conquistar não sei que espécie de imortalidade,

a qual não é outra coisa, em última análise, do que uma formosíssima quimera. Vós deveis, portanto, à Loucura todos os bens que se introduziram no mundo, todos esses bens que estais desfrutando e que tanto colaboram na ventura da vida».

Erasmus e Maquiavel foram dois humanistas que escreveram com base no presente, pensando no futuro, lançando alicerces que excediam em muito as limitações humanas e servindo-se da essência da retórica para validar a sua argumentação.

## Referências Bibliográficas

- Camões, L. (1961). "Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades". In: M.E.T. Ferreira & B.M. Paula (org.), *Textos Literários: Século XVI*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Aster.
- Camões, L. (1972). *Os Lusíadas*. Guanabara: Ministério da Educação e Cultura Departamento de Assuntos Culturais.
- Chevalier, J.; Gheerbrant, A. (1994). *Dicionário dos Símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. Lisboa: Editorial Teorema.
- Dom Duarte (1973). *Leal Conselheiro e Livro da Enseñança de bem Cavalgar Toda Sela*. 2ª ed. Coimbra: Coleção Literária Atlântida.
- Erasmus de Roterdão (2003). *Elogio da Loucura*. São Paulo: Editora Rideel.
- Maquiavel (1976). *O Príncipe*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Miranda, S. (1961). "Carta a El-Rei D. João"; "Carta a António Pereira, Senhor de Basto". In: M.E.T. Ferreira & B.M. Paula (org.), *Textos Literários: Século XVI*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Aster.
- Mounin, G. (1964). *Machiavel*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Pessoa, F. (1977). *Mensagem*. 11ª ed. Lisboa: Edições Ática.
- Saramago, J. (1999). *Memorial do Convento*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Vieira, António (1976). *Sermão de Santo António*. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco.